

Indústria Brasileira

▼ ENTREVISTAS

Arthur Lira e Rodrigo Pacheco,
presidentes da Câmara e do Senado

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 6 nº 53



Quem vai domá-lo?

Impostos altos e complexos fazem da
reforma tributária uma das prioridades
da *Agenda Legislativa da Indústria* em 2021

DEFESA ▶ Abertura unilateral do comércio brasileiro provoca danos e preocupa empresários

INOVAÇÃO ▶ Soumitra Dutta sugere que setor privado seja mais ouvido pelo governo

ROBÓTICA ▶ Como será o primeiro torneio online *SESI FIRST LEGO League*



O SENAI TRANSFORMA ALUNOS EM PROFISSIONAIS QUE FAZEM O FUTURO DA INDÚSTRIA.

O SENAI é referência em educação profissional em toda a América Latina e já formou mais de 78 milhões de brasileiros. Possui metodologias ativas e inovadoras, atuando com situações reais do mundo do trabalho, garantindo maior índice de empregabilidade.

Oferta alinhada às necessidades da indústria para os alunos e profissionais, desde cursos de qualificação, técnicos e de aperfeiçoamento até a graduação e pós-graduação tecnológica. Opera com excelência em todas essas áreas e, o melhor, sempre oferecendo a mesma qualidade na educação a distância. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SENAI está construindo hoje
o futuro do trabalho.**

#pelofuturodotrabalho

#ofuturodatrabalho

Saiba mais em www.sempresisenai.com.br

 /senainacional  /senainacional  /senainacional
 /senaibr  /senai-nacional

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta às leitoras e aos leitores

A atual legislatura do Congresso Nacional tem representado um claro contraponto à disfuncionalidade observada em outras instituições nacionais importantes. Felizmente, a inclinação reformista dos parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal assegurou, em 2020, a aprovação de legislações importantes como o Novo Marco do Saneamento Básico, a flexibilização de relações trabalhistas em meio à pandemia e a autorização para a injeção de recursos na economia por meio de auxílios emergenciais.

Em 2021, o Congresso Nacional pode dar novas contribuições para a melhoria das condições econômicas e sociais do país mediante a aprovação das reformas tributária e administrativa, entre outras matérias destacadas como prioritárias pela *Agenda Legislativa da Indústria*, entregue em março aos parlamentares pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A reportagem de capa desta edição traz um relato minucioso dos principais temas que compõem a pauta mínima dessa Agenda e explica por que eles precisam ser votados e aprovados.

O número de março da revista *Indústria Brasileira* também dá especial destaque ao Poder Legislativo e traz duas entrevistas exclusivas com os presidentes da Câmara dos

Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que falam sobre seus respectivos desafios nos mandatos que acabam de iniciar. Lira afirma que sua prioridade é dar ouvido às lideranças na Casa “de forma democrática”, abrindo espaço para decisões mais coletivas. Pacheco acredita que tem um papel semelhante. Ele quer que o Senado seja “um verdadeiro agente de transformação social e um palco de pacificação no diálogo das instituições”.

De fato, há razões para querer paz social neste momento e uma recomposição institucional que recoloque o país no caminho do cuidado com a saúde e com o desenvolvimento econômico. Algumas formas de fazer isso estão em reportagens sobre a importância da garantia de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), sobre o combate à crescente pirataria no comércio online e sobre o excessivo e preocupante uso de um instrumento que tem colocado em risco certas indústrias por causa da redução unilateral de alíquotas de importação.

Boa leitura e, enquanto durar a pandemia, se proteja e proteja as pessoas próximas a você!



Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ▶ [cni brasil](#)
flickr ▶ [cniweb](#)
instagram ▶ [cni br](#)
twitter.com ▶ [cni_br](#)
linkedin ▶ [cni-brasil](#)
youtube ▶ [cniweb](#)

SESI

facebook ▶ [SESINacional](#)
youtube ▶ [sesi](#)
linkedin ▶ [sesi-nacional](#)

SENAI

facebook ▶ [senainacional](#)
instagram ▶ [senai_nacional](#)
twitter ▶ [senainacional](#)
youtube ▶ [senai br](#)
linkedin ▶ [senai-nacional](#)

IEL

facebook ▶ [IELbr](#)
instagram ▶ [ielbr](#)
twitter ▶ [iel_br](#)
linkedin ▶ [iel-nacional](#)

sumário

edição n° 53 março 2021

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Agenda Legislativa da Indústria 2021 aponta as propostas em tramitação com chance de aprovação neste ano e maior impacto sobre os negócios

14 INFOGRAFIA

Saiba onde estão tramitando propostas como as reformas tributária e administrativa e legislações importantes sobre licenciamento ambiental e setor elétrico

16 INOVAÇÃO

FNDCT, que já financiou alguns marcos do esforço brasileiro nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, precisa ter recursos garantidos

20 ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados acredita que plenário aprovará reformas tributária e administrativa neste ano

22 RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado diz que a Casa deve ser “um verdadeiro agente de transformação social e um palco de pacificação no diálogo das instituições”

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI reage às declarações do presidente do Ipea contra a indústria brasileira

26 COMPETITIVIDADE

Lideranças de diferentes setores apontam riscos na política do governo de reduzir algumas tarifas por meio do instrumento de “interesse público”

30 PIRATARIA

Crescimento do comércio eletrônico aumentou a preocupação com a venda de produtos falsificados

34 5 PERGUNTAS PARA...

Soumitra Dutta, professor da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, fala sobre a importância de construir um ecossistema fértil para inovação

36 TERMÔMETRO

ICEI mostra duas realidades, com setores mais e menos confiantes

38 DASHBOARD

Consulte o painel de séries históricas, estudos e pesquisas conduzidos pela área técnica da CNI

40 GIRO BRASIL

30 bolsistas do SENAI CIMATEC, da Bahia, participarão de um dos maiores programas de inovação aberta em mineração do mundo

42 ROBÓTICA

Festival SESI de Robótica terá primeira disputa totalmente online neste ano. Etapas regionais acontecem em abril e maio

46 OUTRA VISÃO

Chris Gontijo, diretora da Chris Gontijo Loungewear, dá exemplos sobre a relação entre sustentabilidade e ação social



▲ MARCUS VINICIUS OKUBO

ex-competidor do Torneio SESI de Robótica e bolsista da Universidade de Cambridge

pode contar

“Nos últimos anos, participei de simulações da ONU e desenvolvi o Projeto Include, uma iniciativa online feita para apoiar artistas brasileiros e contribuir para a democratização da arte no país. Também fui selecionado com outros 29 jovens latino-americanos para participar do Bootcamp da Latin American Leadership Academy e, atualmente, desenvolvo um projeto de pesquisa na área de sociologia voltado para a análise da evasão escolar de jovens transgêneros no Ensino Básico. Tudo isso, eu posso dizer que foi graças à robótica”

Roteiro para a retomada da economia



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A pandemia da Covid-19 gerou a necessidade de união de todos os brasileiros em favor da vida, da saúde e do sustento das famílias. Tem sido um período de extrema dificuldade, que exige atenção redobrada e dedicação dos poderes da República, das empresas e dos trabalhadores. Mais do que nunca, precisamos adotar medidas que não só facilitem, mas também estimulem a recuperação dos empregos e o crescimento da economia. Por isso, a edição deste ano da *Agenda Legislativa da Indústria*, editada pela CNI, ganha ainda mais importância.

O país conseguiu sair da recessão, mas a prolongada crise econômica tornou ainda mais urgente a aprovação das reformas estruturais, de modo a reduzir o Custo Brasil e aumentar a competitividade do setor produtivo nacional. É preciso perseverar no caminho tanto das reformas que exigem mudanças no texto da Constituição Federal quanto das medidas pontuais imprescindíveis para melhorar o ambiente de negócios. É indispensável diminuir a burocracia que dificulta investimentos e atrapalha o dia a dia das empresas.

A necessidade de mobilização para enfrentar o cenário adverso foi bem-assimilada pelo setor industrial. O envolvimento na formulação da Agenda deste ano foi recorde, com a participação de 110 entidades industriais, entre elas as 27 Federações das



Indústrias e as associações setoriais nacionais. Como resultado desse trabalho conjunto, foram escolhidas, para constar do documento final, 140 proposições legislativas com impacto relevante para a economia brasileira e para o setor.

Nesta 26ª edição anual dessa Agenda – que, ao longo dos anos, se tornou uma referência não apenas para as empresas mas também para parlamentares e autoridades do Poder Executivo –, a indústria brasileira elegeu 12 temas para sua pauta mínima, com destaque para as reformas tributária e administrativa, além de projetos essenciais para o reequilíbrio das contas públicas, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 186 (PEC Emergencial), que englobou o conteúdo da PEC do Pacto Federativo e acertadamente foi aprovada e promulgada ainda em março. Outros assuntos importantes são apontados, como recuperação de empresas, licenciamento ambiental, novo marco regulatório do setor elétrico e financiamento à infraestrutura e à inovação.

Felizmente, a atual legislatura do Congresso Nacional tem demonstrado vontade de avançar na análise de propostas importantes para aperfeiçoar as instituições e estimular o crescimento econômico, como fez ao aprovar a autonomia do Banco Central (BC). A indústria brasileira espera que o mesmo ímpeto seja aplicado

na imprescindível reforma do sistema tributário nacional, que impõe um pesadelo burocrático diuturno às empresas, enredadas num número enorme de exigências descabidas.

Do mesmo modo, é indispensável reformar a administração pública, tornando o Estado brasileiro mais leve e eficiente, além de menos caro para a sociedade. Para o aparato estatal, deve sempre valer a máxima de “fazer mais com menos”, ou seja, oferecer melhores serviços públicos, como os de saúde, educação e segurança, custando menos para o bolso do contribuinte. A volta do equilíbrio fiscal e orçamentário é um requisito fundamental para o crescimento econômico saudável, sem inflação, mais vigoroso e de longo prazo.

A *Agenda Legislativa* é o documento por meio do qual a indústria brasileira leva adiante seu diálogo transparente, republicano e permanente com o Congresso Nacional em favor do desenvolvimento do setor, mas não se limita a isso. Ela funciona como um mapa das prioridades que o país precisa seguir para retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social em tempos tão complexos como os atuais. Para superar os efeitos da pandemia, retomar investimentos e criar empregos, o Brasil precisa seguir esse roteiro. Com confiança e determinação, vamos vencer mais essa batalha. ■



As prioridades legislativas de 2021

CNI DIVULGA A AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, QUE DESTACA A IMPORTÂNCIA DAS REFORMAS TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA, ENTRE OUTRAS PAUTAS QUE AUMENTAM A COMPETITIVIDADE NACIONAL

Diante da crise econômica prolongada, com um ritmo de recuperação ainda indefinido em função das dificuldades para acelerar a vacinação contra a Covid-19, é importante avançar nas reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade do setor produtivo, segundo empresários, lideranças políticas e analistas. Nesse cenário, a atuação do Congresso Nacional torna-se ainda mais fundamental para o país promover os ajustes necessários no prazo adequado.



Com o objetivo de contribuir para esse debate, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) identificou, no Legislativo, 140 propostas já em discussão, com grande impacto no ambiente de negócios. Essas medidas compõem a *Agenda Legislativa da Indústria 2021*, apresentada ao Congresso Nacional em março. “A agenda tem 26 anos e, para nós, tem sido cada vez mais estratégica no encaminhamento das medidas importantes para o setor produtivo e industrial”, resume Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI.

Da lista de 140 proposições, foram selecionados 12 medidas que compõem a chamada pauta mínima da indústria. “Procuramos privilegiar as proposições de aspecto mais amplo do setor e do estímulo à competitividade”, explica a diretora. Uma vez definida essa lista, a CNI promove uma ampla divulgação dessa agenda, tanto entre parlamentares como entre diferentes segmentos sociais e pela imprensa, de modo a dar relevância a cada um dos temas.

Entre as matérias na pauta mínima da *Agenda Legislativa da Indústria* estão as propostas de emenda à Constituição que tratam da reforma tributária e da reforma administrativa, que exigem um quórum maior para aprovação. Mas há, também, medidas para atualizar as regras de licenciamento ambiental, reformular a tributação da renda corporativa, modernizar o setor elétrico e recriar o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert).

Na avaliação do deputado federal Marcelo Ramos (PL-AM), 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, depois da promulgação da PEC emergencial, a prioridade é aprovar o orçamento da União. “Paralelamente a isso vamos concentrar esforços em medidas legislativas que garantam vacina para a população. No primeiro semestre, também buscaremos aprovar a reforma administrativa e a medida provisória da capitalização da Eletrobrás, ficando a reforma tributária, que exige um esforço maior para superar os conflitos setoriais e regionais, para o segundo semestre”, diz.

▲
Dentre as 140 proposições da Agenda Legislativa, 11 medidas formam a pauta mínima da indústria, por seu caráter mais amplo e relevante para melhorar o ambiente de negócios no país

A falta de reformas dificulta a

COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

(Os mais competitivos, entre 18 países selecionados)



1°		COREIA DO SUL
2°		CANADÁ
3°		AUSTRÁLIA
4°		CHINA
5°		ESPANHA
6°		TAILÂNDIA
7°		POLÔNIA
8°		CHILE
9°		RÚSSIA
10°		ÁFRICA DO SUL
11°		TURQUIA
12°		MÉXICO
13°		INDONÉSIA
14°		ÍNDIA
15°		COLÔMBIA
16°		PERU
17°		BRASIL
18°		ARGENTINA

Fonte: Competitividade Brasil 2019–2020/ CNI

José Carlos Lyra de Andrade, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), afirma que a aprovação da reforma tributária, em discussão numa comissão mista do Congresso Nacional, vai simplificar o pagamento de tributos e facilitar o dia a dia das empresas. “Sabemos que reduzir a carga tributária é difícil, mas uma simplificação é necessária. Hoje o emaranhado fiscal é muito grande. Em alguns setores há um contingente maior na área fiscal da empresa do que em funcionários”, avalia. Para Andrade, o atual sistema tributário é uma trava ao desenvolvimento do país.

“O peso dos tributos para o setor produtivo é muito grande. Isso faz com que as empresas brasileiras percam competitividade no mercado e inibe investimentos. O Brasil precisa de um sistema tributário simples e justo”, complementa Roberto Pires, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO). Ele destaca que a carga tributária no Brasil representa 32,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e chega a 65,1% do lucro das empresas. “A reforma tributária é necessária e urgente, mas precisa ser profunda para que o país sinta seus efeitos”, afirma o dirigente.

Maurício Luís Maioli, sócio *head* da área tributária do Feijó Lopes Advogados, destaca a complexidade do sistema tributário. “Nosso sistema é muito complexo e é difícil de explicar para brasileiros e mais ainda para estrangeiros”, critica Maioli. “A empresa tem que pagar um tributo, calcular créditos, fazer encontro de contas e tudo isso envolve o custo de recolhimento”, explica o advogado. Segundo ele, as principais propostas em discussão no Congresso Nacional são positivas porque simplificam o recolhimento de impostos e reduzem o custo para as empresas.

Para Synésio Batista, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), a reforma tributária é absolutamente necessária para aumentar a produtividade da indústria brasileira e ampliar a inserção internacional do país. “Internamente, temos que avançar na redução de preços dos produtos industriais e aumentar escala com a ampliação do total de consumidores”, sugere Synésio.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Além da mudança do sistema tributário, outro tema urgente é a reforma administrativa, que precisa avançar, segundo Roberto Pires, da FIEETO. “A máquina pública no Brasil é inchada e bastante onerosa para o país. Uma boa parte dos estados e municípios brasileiros gasta mais de 50% de seu orçamento com folha de pagamento de servidores”, afirma. Segundo ele, isso reduz o volume de recursos que o setor público tem para investimento. Enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em setembro de 2020, a proposta de reforma administrativa ainda está em fase de instrução.

O presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Haroldo Ferreira, diz que os tributos arrecadados do setor produtivo e dos trabalhadores servem, em grande medida, “para sustentar um Estado inchado, engessado e burocrático, que historicamente inibe os investimentos públicos e privados”. Segundo ele, “será necessário quebrar alguns paradigmas se quisermos destravar investimentos públicos e privados”.

PRONTAS PARA VOTAÇÃO

A PEC Emergencial, que já estava em etapa adiantada de discussão em ambas as Casas, foi promulgada pelo Congresso Nacional no dia 15 de março - propostas de Emenda à Constituição não vão à sanção presidencial. O texto viabiliza o pagamento do auxílio emergencial, o que deve dar novo incentivo à atividade econômica, retraída por causa das medidas restritivas decorrentes do enfrentamento à pandemia. A emenda também institui medidas para conter os gastos públicos quando as despesas obrigatórias alcançarem 95% das receitas. Nesses casos, o setor público estará proibido de aumentar despesas com pessoal e realizar concursos públicos, por exemplo.

Rafael Cortez, cientista político da consultoria Tendências, avalia que, entre o conjunto de medidas da agenda econômica, a PEC Emergencial foi a que produziu maior tensão entre os parlamentares, por impor restrições para os gastos públicos. “Isso



◀ “Sabemos que reduzir a carga tributária é difícil, mas uma simplificação é necessária. Em alguns setores há um contingente maior na área fiscal da empresa do que em funcionários”, diz José Carlos Lyra de Andrade (FIEA)



◀ A reforma tributária é absolutamente necessária para aumentar a produtividade da indústria brasileira, diz Synésio Batista (Abrinq)

▼ Capa

ocorreu, sobretudo, por causa da perspectiva de 2021 ser um ano anormal para a economia brasileira", diz o analista.

Também avançaram nos últimos meses as negociações para aprovação de outros dois itens da pauta mínima da *Agenda Legislativa da Indústria 2021*: a abertura do mercado de gás natural e o novo marco do setor elétrico. A Nova Lei do Gás, como é conhecida a proposta, é vista pelo governo como uma boa alternativa para reduzir o preço do insumo, atrair investimentos, aumentar a competição e estabelecer um ambiente de concorrência. A queda de custo deve atingir principalmente os grandes consumidores do gás natural, que são a indústria e o setor de energia termoeletrica. No dia 17 de março, a proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados, que rejeitou alterações feitas no Senado Federal, e aguardava apenas a sanção presidencial para entrar em vigor.

Já o novo marco do setor elétrico teve a votação no Senado encerrada em fevereiro, depois de tramitar na Casa por quase cinco anos. O texto, que aguarda a decisão da Câmara dos Deputados, moderniza o setor ao propor mudanças no acesso ao mercado livre de energia, o que aumentará a competitividade. A proposta também permite a portabilidade da conta de luz entre

as distribuidoras, o que, segundo senadores e especialistas do setor, pode trazer vantagens para o consumidor, como a redução na tarifa.

“Esses dois projetos são fundamentais para que o setor produtivo comece a investir”, diz Lyra de Andrade, da FIEA. Segundo ele, é fundamental haver um marco regulatório que dê segurança jurídica aos empresários. Roberto Pires, da FIETO, destaca que os dois projetos podem melhorar muito as condições de negócios no Brasil, estimular investimentos por parte da indústria e aumentar a competitividade do setor produtivo brasileiro. “A Nova Lei do Gás moderniza o mercado de insumos no país, criando condições para a redução do preço do gás e o aumento da competitividade do produto nacional”, prevê ele.

Na avaliação do senador Angelo Coronel (PSD-BA), as duas pautas devem ganhar fôlego após essa fase crítica da pandemia. Porém, diz ele, com as instalações das comissões, o processo legislativo passa por um crivo mais rigoroso e as pautas tendem a demorar mais para serem aprovadas – o que pode ser positivo para o amadurecimento dos projetos. “Dito isso, precisamos baratear o custo da energia do país com legislações que incentivem o aumento da oferta, da competição e da

▼
“A *Agenda* tem 26 anos e, para nós, tem sido cada vez mais estratégica no encaminhamento das medidas importantes para o setor produtivo e industrial”, diz Mônica Messenberg (CNI)



eficiência logística nesses setores”, opina o senador.

Coronel também é o autor do PLP 33/2020, que cria um regime especial para a recuperação judicial e a falência das micro e pequenas empresas. Ele diz que aproximadamente 1 milhão de empresas fecharam no ano passado e que, com o desemprego elevado, “se faz ainda mais necessária a aprovação da proposta, que facilita o reempreendedorismo, tanto para as pessoas que faziam parte das empresas que cessaram as suas atividades no ano passado quanto para as que infelizmente não resistirão às novas dificuldades econômicas”. Com o novo regime, afirma, as micro e pequenas empresas terão facilidade para renegociar as suas dívidas com os credores, parcelar os débitos tributários e retomar as suas atividades.

Outro item importante na pauta mínima da *Agenda Legislativa da Indústria 2021* é o projeto que institui a Lei Geral de Licenciamento Ambiental. Relator da proposta, o deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG) afirma que espera aprovar o texto ainda neste primeiro semestre. “Quando se fala do ano legislativo, há uma certeza ainda maior. Regularização fundiária e licenciamento ambiental são as duas pautas mais importantes hoje, sem contar as reformas estruturais”, diz. ■



CÂMARA E SENADO APROVARAM TEXTOS IMPORTANTES EM 2020

Depois de aprovar a reforma da Previdência Social, em 2019, o Congresso Nacional deu novos passos no ano passado para melhorar o ambiente de negócios no Brasil e estimular a atração de novos investimentos. Cinco itens da *Agenda Legislativa da Indústria 2020* foram aprovados, estando entre eles o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, que abre espaço para a iniciativa privada atuar na exploração do setor por meio de licitações públicas.

Em vigor desde julho de 2020, as novas regras buscam modernizar o setor e permitir o aumento dos investimentos nas redes de coleta e tratamento de esgoto e de abastecimento de água. Segundo especialistas, essa é uma condição imprescindível para que o Brasil caminhe na direção de universalizar os serviços de saneamento. Cerca de 100 milhões de brasileiros não são atendidos por coleta de esgoto, sendo que 30 milhões nem sequer contam com abastecimento de água em casa.

Aprovada pelo Senado Federal em agosto do ano passado, a ratificação do Protocolo de Nagoia – formalizada oficialmente pelo governo brasileiro em 4 de março mediante carta de adesão depositada na Organização das Nações Unidas (ONU) – regulamenta a repartição de benefícios do uso econômico de recursos genéticos da biodiversidade. A medida abre uma oportunidade para o Brasil assumir posição mais estratégica na agenda global da biodiversidade. Outros 126 países integram o acordo.

Em vigor desde o final de janeiro, as novas regras da Lei de Recuperação Judicial e Falência trouxeram inovações que dão mais fôlego para a recuperação de empresas em dificuldades financeiras, permitindo sua manutenção no cenário econômico, gerando emprego, renda e riquezas para o país. As mudanças permitem ampliar o financiamento a empresas em recuperação judicial e melhorar o parcelamento e o desconto para pagamento de dívidas tributárias, entre outros pontos.

Também contribuem para a melhoria do ambiente de negócios a aprovação das novas regras da Política Nacional de Segurança de Barragens, em setembro, e o projeto que soluciona as dívidas relacionadas ao risco hidrológico (déficit de energia gerada abaixo dos volumes contratados), em agosto de 2020. ■

O MAPA DAS > REFORMAS

Onde estão tramitando algumas das principais propostas da “Pauta Mínima”

1. COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

Reforma Tributária

PEC 110/2019 do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e PEC 45/2019 do deputado Baleia Rossi (MDB/SP).
Aguardam parecer do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O que é?

Cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), nos moldes de um Imposto de Valor Agregado (IVA), e um Imposto Seletivo (IS), destinado a desestimular o consumo de determinados bens, serviços ou direitos.

2. PLENÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

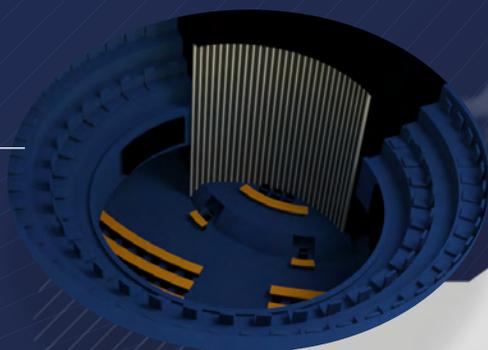
PEC Emergencial

PEC 186/2019 do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).
Promulgada pelo Congresso Nacional no dia 15 de março.

O que é?

Institui a adoção de medidas permanentes e temporárias, que visam à contenção do crescimento das despesas obrigatórias visando ao reequilíbrio fiscal do setor público.

SENADO FEDERAL



3. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Reforma Administrativa

PROPOSTA

PEC 32/2020 do Poder Executivo. Aguarda designação do relator.

O que é?

Estabelece novo regime jurídico para o serviço público, sem modificar o regime dos atuais servidores.

Licenciamento Ambiental

PROPOSTA

PL 3729/2004, do deputado Luciano Zica (PT/SP), que está na Câmara dos Deputados, onde tramita em regime de urgência, pronto para entrar na pauta de votações do plenário. Há também o PLS 168/2018, do senador Acir Gurgacz (PDT/RO), que está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, onde aguarda indicação do relator.

O que é?

Estabelece uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental.

4. PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Recuperação e Falência de MPEs

PROPOSTA

PLP 33/2020, do senador Ângelo Coronel (PSD/BA). Aguarda despacho do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O que é?

Disciplina a negociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a falência das microempresas e das empresas de pequeno porte.

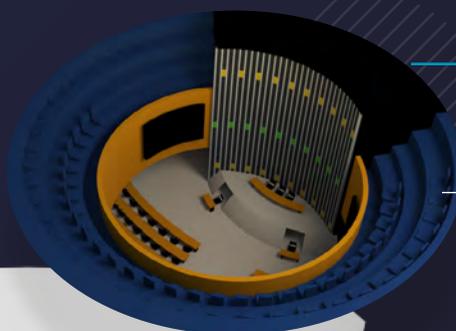
Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico

PROPOSTA

PL 414/2021 (PLS 232/2016), do ex-senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Aprovada no Senado Federal, a proposta aguarda despacho do presidente da Câmara.

O que é?

Altera o acesso ao mercado livre, entre outros pontos que modernizam o setor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Frear a inovação é um erro

CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS DO FNDCT PODE ATROFIAR A REDE DE FINANCIAMENTO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO PAÍS

Inaugurada oficialmente pelo presidente Jair Bolsonaro em outubro de 2020, a linha de luz Manacá é a primeira estação de pesquisa do *Projeto Sirius* – desenvolvido pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas-SP – e já estava sendo usada de maneira emergencial desde julho para apoiar pesquisas relacionadas à Covid-19. Vinculado ao Laboratório Nacional de Luz Síncroton (LNLS), o Sirius é o maior acelerador de partículas do Hemisfério Sul e uma das mais complexas estruturas científicas já construídas no Brasil.

Entre outras funções, o acelerador de partículas pode revelar estruturas tridimensionais de proteínas e enzimas humanas e patógenos com resoluções que não podem ser obtidas em equipamentos convencionais. É possível, por exemplo, identificar a posição de cada um dos átomos que compõem uma determinada proteína e suas funções e interações com outras moléculas, que podem ser usadas como princípios ativos de novos medicamentos. Além disso, pode ajudar no aprimoramento de materiais usados na construção civil e, entre outras áreas, na exploração de petróleo.

Já na serra fluminense, o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), com sede em Petrópolis-RJ, foi o responsável pelo desenvolvimento da *Plataforma Genômica Computacional de Alto Desempenho de Arboviroses*, que permitiu, pela primeira vez, mapear alterações moleculares no cérebro de bebês que nasceram com a Síndrome da Zika Congênita. Reconhecida internacionalmente, a pesquisa feita pela Rede Zika explica o motivo de





▼
A linha de luz Manacá é a primeira estação de pesquisa do projeto Sirius, vinculado ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), que recebeu recursos do FNDCT

▼ Capa

algumas mães infectadas pelo vírus na gravidez terem tido bebês com microcefalia, enquanto outras não.

A análise das amostras pelos pesquisadores da Rede Zika levaram ao entendimento dos mecanismos moleculares fisiopatológicos do vírus Zika no cérebro de oito bebês com a Síndrome da Zika Congênita, falecidos após 48 horas do nascimento, no período de outubro de 2015 a julho de 2016 no Rio de Janeiro e na Paraíba. Até a implantação da Rede Zika, o Brasil não tinha infraestrutura dedicada ao estudo das arboviroses. A plataforma contribuiu para a análise e realização de estudos sobre a infecção e as manifestações fisiopatológicas associadas ao Zika vírus, à dengue, à chikungunya e ao Mayaro.

Apesar de se dedicarem a pesquisas completamente diferentes, os dois centros têm em comum o fato de terem recebido recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Entre

2004 e 2019, estes e outros 11 mil projetos foram financiados pelo Fundo, segundo dados do professor Marcelo Mori, do Instituto de Biologia da Universidade de Campinas (Unicamp), conforme artigo publicado no jornal da universidade em 19 de fevereiro de 2021. Além de financiar universidades e institutos de pesquisa públicos e privados, os recursos do fundo foram usados “para consolidação e expansão de empresas que simbolizam o potencial científico-tecnológico brasileiro, como a Embrapa e a Embraer”, segundo o artigo.

Entretanto, desde 2006, os recursos totais do FNDCT que foram contingenciados superam R\$ 25 bilhões. “Em 2020, dos R\$ 5,2 bilhões disponíveis, apenas R\$ 600 milhões foram autorizados para uso, ou seja, quase 90% do recursos do FNDCT não puderam ser usados no ano passado para o financiamento da ciência, tecnologia e inovação. Num ano de pandemia, com o país precisando de soluções rápidas contra a Covid-19,

▼
O conceito de startup ainda precisa ser mais bem definido na proposta em tramitação, diz Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI



NOVO MARCO LEGAL DEVE DAR SEGURANÇA A STARTUPS

A aprovação pelo Senado Federal, no final de fevereiro, do marco legal das startups é um avanço na direção de mais segurança para negócios e investimentos na área de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia, no entanto, que itens relevantes apresentados como contribuições ao projeto ficaram de fora do texto e precisarão voltar a ser tratados para que haja um real avanço na legislação. Como sofreu mudanças no Senado, a matéria voltará para nova votação na Câmara dos Deputados.

“Apesar de ainda ser incompleto, o texto atual dá mais segurança para os investidores ao criar o conceito de startup, mas essa definição está muito ampla”, avalia a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio. O projeto estabelece critérios, como receita bruta de até R\$ 16 milhões por ano e até 10 anos de criação para a empresa

como vacinas e insumos, essa restrição de recursos para a ciência se mostrou ainda mais preocupante e exemplifica bem o problema que representa o contingenciamento do Fundo”, argumenta Mori.

Com o objetivo de garantir o fluxo de recursos para investimentos em inovação, o Congresso Nacional aprovou, no ano passado, um projeto de lei que, entre outros pontos, proibia o contingenciamento de recursos do FNDCT, mas esse item foi vetado pelo presidente, que sancionou a proposta em janeiro. Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os vetos publicados comprometem as possibilidades de investimentos nacionais em pesquisas, especialmente neste momento de pandemia, em que a ciência tem se tornado cada vez mais fundamental para a superação dos desafios relacionados ao novo coronavírus.

Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI, destaca que os países mais inovadores e desenvolvidos têm investido cada vez mais em pesquisa e desenvolvimento. Segundo ela, os países da OCDE investem acima de 2% do PIB no setor, com alguns chegando a 5%, como Coreia do Sul e Israel. “Os países, sabendo que a área de ciência e tecnologia é o grande vetor do desenvolvimento, investem mais. Há uma correlação entre investimento e crescimento, principalmente na área de ciência, tecnologia e inovação”, afirma. Segundo ela, os recursos do FNDCT são importantes para que a economia possa se modernizar e acompanhar a quarta revolução industrial. ■

se enquadrar como startup, além de processos mais simples para abertura e fechamento de negócios.

Rafael Ribeiro, head de operações da Bossanova Investimento, afirma que a definição é um passo importante porque hoje há “diversas iniciativas que se consideram startups, mas que se sabe que não são”. Entre os pontos importantes, ele destaca a regulamentação que protege o investidor anjo. “Há um problema em relação à questão patrimonial que gera insegurança e que será resolvido com a nova legislação. Isso deve aumentar a injeção de capital no mercado”, afirma ele, ressaltando que a inovação é o motor de desenvolvimento do país.

Cofundador da Cotidiano Aceleradora de Startups, André Frões afirma que o marco legal teve contribuição do ecossistema de inovação, mas as discussões no congresso acabaram indo para uma direção em que pontos importantes foram retirados e precisam ser retomados. “Inovação é o caminho para resolvermos dores, problemas e ineficiências muitas vezes já conhecidas e que travam o nosso crescimento. Estimular a inovação é estimular o olhar para a solução dos problemas que impedem o melhor desenvolvimento do país”, resume ele. ■

BRASIL OCUPA APENAS A

62^a

POSIÇÃO NO ÍNDICE GLOBAL DE INOVAÇÃO

	1°	Suíça
	2°	Suécia
	3°	Estados Unidos
	4°	Reino Unido
	5°	Holanda
	6°	Dinamarca
	7°	Finlândia
	8°	Cingapura
	9°	Alemanha
	10°	Coreia do Sul
	14°	China
	47°	Rússia
	48°	Índia
	60°	África do Sul
	62°	Brasil

Fonte: Índice Global de Inovação – 2020



O Brasil está avançando

PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DIZ QUE FARÁ UMA GESTÃO VOLTADA PARA A CONSTRUÇÃO DE MAIORIAS E APOSTA NAS REFORMAS TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA

▲ Lira acredita que os deputados federais devam votar a reforma tributária em até oito meses

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), estima que o Congresso Nacional conseguirá aprovar, ainda este ano, as reformas tributária e administrativa, ambas importantes para estimular a economia. “Estamos fazendo as reformas estruturais e vamos dar prioridade para esse tema”, afirma ele, que destaca a aprovação da autonomia do Banco Central e da PEC emergencial. “O Brasil está mudando e está avançando em grandes transformações institucionais”, resume.

As eleições gerais marcadas para o próximo ano e o consequente impacto na tramitação de projetos no Congresso Nacional tornam ainda mais urgente as votações de medidas que ajudem o Brasil voltar a crescer. Quais são as prioridades para a sua gestão e como fazer para agilizar a tramitação de projetos estratégicos para o país? Para começar, e eu falei isso na minha campanha toda, não há uma prioridade minha. Estamos saindo de um período da Câmara do presidente para o presidente da Câmara. Todas as matérias que votamos até agora, como a autonomia do Banco Central, estão sendo pautadas por escolha da maioria dos líderes, que se reúnem uma vez por semana. Obviamente, estamos atentos às reformas estruturais. A administrativa, acredito que teremos aprovação em três a quatro meses, e a tributária, daqui a uns oito meses. Estamos agora em uma nova fase, em que os Poderes deixaram para trás o acotovelamento que se via no passado. Isso é condição *sine qua non* para podermos apresentar as pautas relevantes para a economia e aprová-las

com celeridade, ainda mais agora, com o recrudescimento da pandemia.

Os setores produtivos já apontaram a reforma tributária como fundamental para dar mais segurança jurídica e diminuir a burocracia e o Custo Brasil. Qual é o melhor sistema tributário para o país e quando o projeto deve ser pautado? Acertei com o relator da reforma tributária, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e combinamos de apresentar ainda em março seu texto para os líderes, para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e para a equipe econômica. É um assunto muito sensível, que precisa ser amplamente discutido com os setores e a sociedade civil. Não podemos, em hipótese alguma, fugir do debate, não neste momento. Acho que a minha opinião como presidente agora não importa. Precisamos, sim, coordenar os debates e fechar a um texto que esteja amadurecido.

A reforma administrativa também é destacada como item imprescindível para o equilíbrio das contas públicas e para a redução do Custo Brasil. Quando o tema deve entrar em pauta e quais os pilares dessa reforma? A reforma administrativa, para começar, tem um efeito “ex nunc”, ou seja, vale para o futuro, mas isso é uma sinalização muito importante para a sociedade, para o mercado, para o exterior: fazer passar essa reforma. Acredito que isso aconteça no máximo em quatro meses. É muito importante.

Há uma série de projetos em tramitação que impactam negativamente a destinação de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor produtivo. Qual a sua opinião sobre a importância de mecanismos de apoio à inovação por parte das empresas de modo que o Brasil se

mantenha competitivo no mercado global?

Mais uma vez, eu estou presidente para coordenar os trabalhos. Todo e qualquer projeto somente será pautado quando chegar a um amadurecimento entre os líderes e também com a sociedade. Não tenho preconceito com nenhum assunto, mas percebo que os líderes, em sua maioria, estão atentos às matérias que possam travar o país.

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um preocupante processo de desindustrialização. Como o Congresso Nacional pode contribuir para reverter esse quadro?

Estamos fazendo as reformas estruturais e vamos dar prioridade para esse tema. Somente agora no primeiro trimestre demos sinais concretos na economia, como na aprovação da PEC emergencial, que é uma revolução nas contas públicas brasileiras. Tivemos alterações nos fundamentos e temos um Banco Central independente, que foi um ato histórico. O Brasil está mudando e está avançando em grandes transformações institucionais. É preciso ver o Brasil como um todo, mais do que nunca.

Qual a marca que o senhor gostaria de deixar ao fim do biênio da sua gestão?

Acredito que a minha gestão tem que ser a “Câmara do Nós”. Passamos os últimos anos com uma Câmara que fazia a pauta do presidente. Nada democrático. Temos que fazer os projetos andarem independentemente de nossas bandeiras ideológicas, mas definindo tudo por maioria. Não tem maioria, não vota. Não podemos escolher times, bandeiras. A cadeira do presidente no plenário da Câmara é flexível, ela gira para os lados. Isso não é meramente decorativo. O presidente da Câmara não vota. Ele abre mão do voto quando se senta na cadeira. Ele coordena os trabalhos, de forma democrática. É isso que quero deixar na minha gestão. ■



Custos exorbitantes assolam os empresários

PRESIDENTE DO SENADO DIZ QUE É HORA DE SIMPLIFICAR O SISTEMA TRIBUTÁRIO E QUE VAI BUSCAR HARMONIA ENTRE OS ATORES POLÍTICOS PARA A REFORMA DO SISTEMA DE IMPOSTOS

▲ “Ao final do biênio, eu gostaria de olhar para trás e ver que o Congresso Nacional foi um verdadeiro agente de transformação social e um palco de pacificação no diálogo das instituições”, diz o presidente do Senado

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirma que o diálogo aumenta as chances de aprovação das reformas de que o país precisa. Segundo ele, existe um calendário para a tramitação das reformas tributária e administrativa no Senado. “Precisamos desburocratizar e descomplicar os tributos brasileiros”, afirma. Até fevereiro de 2023, quando ocupará também a presidência do Congresso Nacional, ele espera que a Casa seja “um verdadeiro agente de transformação social e um palco de pacificação no diálogo das instituições”.

As eleições gerais marcadas para o próximo ano e o consequente impacto na tramitação de projetos no Congresso Nacional tornam ainda mais urgente as votações de medidas que ajudem o Brasil a voltar a crescer. Quais são as prioridades para a sua gestão e como fazer para agilizar a tramitação de projetos estratégicos para o país? No meu discurso de posse, destaquei um trinômio de prioridades da minha gestão. Destaquei a importância de o Congresso Nacional trabalhar para garantir saúde pública, desenvolvimento social e crescimento econômico no Brasil. Minha proposta de trabalho no sentido de agilizar a tramitação de projetos estratégicos para o país é por meio do diálogo e do consenso, mas sempre tendo o interesse público como prioridade, conforme o trinômio citado. O diálogo entre senadores, deputados e representantes do Executivo e o trabalho em conjunto desses agentes públicos aumentam as chances de aprovação das reformas e dos projetos de lei de que o país precisa.

Os setores produtivos já apontaram a reforma tributária como fundamental para dar mais segurança jurídica e diminuir a burocracia e o Custo Brasil. Qual é o melhor sistema tributário para o país e quando o projeto deve ser pautado? A reforma tributária é um dos meus principais compromissos. Estamos trabalhando em conjunto, reunindo e analisando propostas da Câmara, do Senado e do Poder Executivo para chegarmos a um texto de consenso. Independentemente do sistema tributário específico, o importante é que a reforma nos garanta um sistema mais justo e muito mais simples. Precisamos desburocratizar e descomplicar os tributos brasileiros e reduzir boa parte dos custos exorbitantes que assolam nossos empresários, que gastam imensos recursos, em tempo e dinheiro, apenas para compreender o sistema tributário nacional. Esperamos aprovar a reforma neste ano, preferencialmente até outubro.

A reforma administrativa também é destacada como item imprescindível para o equilíbrio das contas públicas e para a redução do Custo Brasil. Quando o tema deve entrar em pauta e quais os pilares dessa reforma? A reforma administrativa foi apresentada pelo Poder Executivo na Câmara dos Deputados em setembro do ano passado. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, e eu firmamos um calendário de aprovação dessa reforma em quatro meses e farei o que estiver ao meu alcance para cumprir esse compromisso assim que a PEC chegar ao Senado Federal. Os pilares da reforma são a modernização e a flexibilização do serviço público como um todo. A ideia é combater privilégios e aumentar a eficiência. Isso não é demonizar servidores públicos, mas sim garantir

que a população tenha acesso a serviços públicos de qualidade.

Há uma série de projetos em tramitação que impactam negativamente a destinação de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor produtivo. Qual a sua opinião sobre a importância de mecanismos de apoio à inovação por parte das empresas de modo que o Brasil se mantenha competitivo no mercado global? Inovar significa buscar maneiras mais eficientes de gerir recursos. Significa empreender e criar soluções para problemas que afetam o dia a dia das pessoas. Em sua essência, inovar significa aumentar a produtividade do trabalhador e disponibilizar mais produtos e serviços para a população, tanto em quantidade quanto em qualidade e em diversidade. Sendo assim, não tenha dúvidas, todos podem esperar um Senado focado em estimular a inovação no Brasil.

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um preocupante processo de desindustrialização. Como o Congresso Nacional pode contribuir para reverter esse quadro? A solução deve ser enfrentada em conjunto com o segmento, sobretudo com o papel importante da CNI e das federações das indústrias dos estados. Temos de incentivar o crescimento da economia, que passa por uma industrialização forte, cada vez mais moderna e inovadora, buscando soluções para os problemas cotidianos dos brasileiros.

Qual a marca que o senhor gostaria de deixar ao fim do biênio da sua gestão? Ao final do biênio, eu gostaria de olhar para trás e ver que o Congresso Nacional foi um verdadeiro agente de transformação social e um palco de pacificação no diálogo das instituições. ■

Indústria e



CNI REAGE ÀS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DO IPEA

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, rebateu a entrevista do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Carlos Von Doellinger, ao jornal *Valor Econômico*, na qual afirmou que o caminho do Brasil não é a indústria manufatureira. Andrade considerou “lamentável” que o dirigente “não tenha a mínima noção da importância estratégica da indústria para o desenvolvimento do país”. Andrade lembrou, por exemplo, que o setor é responsável por 21% do PIB nacional, por 33% do recolhimento dos impostos federais e por 31% da arrecadação previdenciária patronal.

PARCERIA COM CNN BRASIL GERA SÉRIE COM ENTREVISTAS

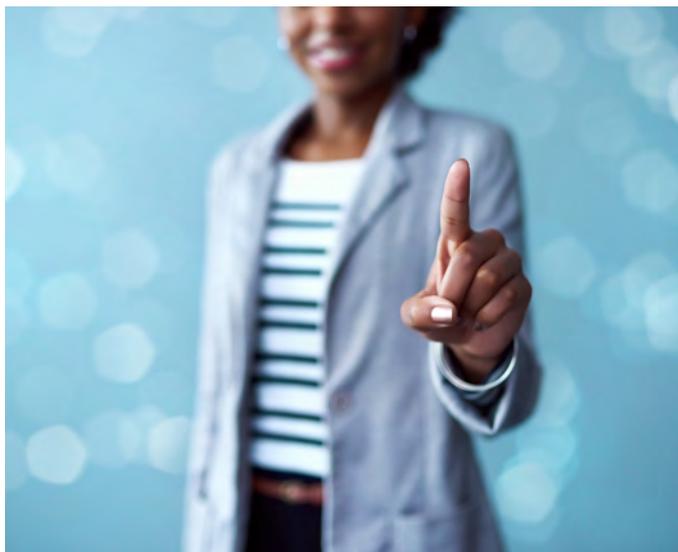
A CNI fechou uma parceria com a CNN Brasil para difundir os principais temas da indústria. O primeiro projeto que entrará no ar, já no mês de março, é uma série de entrevistas conduzidas pelo professor, historiador e escritor Leandro Karnal. Representantes da CNI, como o presidente Robson Andrade e os diretores Rafael Lucchesi, Carlos Abijaodi, Paulo Mól e Gianna Sagazio falarão sobre temas como a relevância do setor industrial, do comércio exterior, da educação profissional e da inovação na indústria.



m Ação

MEI ATUALIZA CANAIS PARA AMPLIAR COMUNICAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

Depois de lançar o novo formato do *InforMEI* no ano passado, o boletim mensal com conteúdos exclusivos sobre o ecossistema de inovação no Brasil e no mundo, elaborado pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), acaba de atualizar outro importante aliado das empresas. É o *MEI Tools*, que oferece soluções para empresários que querem implementar ou avançar em projetos de inovação. Nele é possível encontrar uma série de informações sobre os instrumentos públicos e privados de apoio à inovação para empresas de todos os portes.



IEL LANÇA PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO EXECUTIVA COM CURSOS ONLINE AO VIVO

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) lançou uma plataforma de Educação Executiva com **nove cursos** sobre liderança, transformação digital, gestão de negócios e gestão da inovação. Os temas foram definidos após pesquisa feita junto a empresas de pequeno e médio porte. A plataforma também oferece um plano de assinatura para desenvolvimento de *soft skills* – competências emocionais e comportamentais. O pacote engloba um teste de Eneagrama, que identifica as potencialidades e oportunidades de desenvolvimento do participante.



INDÚSTRIA APRESENTA 25 PROPOSTAS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou, em meados de fevereiro, um documento com **25 propostas** para reduzir o Custo Brasil e aumentar a competitividade da indústria brasileira. Entre as medidas está a retomada do programa que permitia a redução da jornada de trabalho e do salário durante a pandemia. Segundo a CNI, a superação das barreiras elencadas possibilitará ao país elevar sua taxa de crescimento de 1,4%, nos últimos anos, para uma média de 3% nos próximos dez anos.



Revista Indústria Brasileira

▲
A redução unilateral de tarifas expõe o país, em alguns casos, à concorrência desleal e com preço até mesmo inferior ao do mercado internacional



Política comercial entrou numa estrada perigosa

FLEXIBILIZAÇÃO DAS MEDIDAS ANTIDUMPING, POR MEIO DO INSTRUMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, FAVORECE PRÁTICAS DESLEAIS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E ENFRAQUECE A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Nos últimos dois anos, o Brasil alterou 18 medidas antidumping por meio do instrumento de interesse público. De acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), esse número corresponde a 35% das 51 medidas que estavam em vigor no país desde 2019, quando a nova legislação para o uso desse mecanismo entrou em vigor.

Para representantes da indústria, além de prejudicar o setor, as mudanças indicam que o governo é tolerante com práticas desleais de comércio internacional. Segundo o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, “se essa diminuição representar o enfraquecimento do sistema de defesa comercial, como tem sido o caso, a indústria brasileira pode ser inviabilizada em determinados setores, gerando estímulo às importações desleais com práticas condenadas na Organização Mundial do Comércio (OMC), possível desemprego e redução de investimentos”.

O instrumento de interesse público visa, excepcionalmente, modificar as medidas de defesa comercial que forem mais prejudiciais para o conjunto da economia do que benéficas para um determinado setor que sofre com a importação desleal. Além do Brasil, apenas Canadá, Nova Zelândia e União Europeia possuem esse tipo de previsão em suas legislações. Nos últimos dois anos, apenas o Brasil fez uso do mecanismo.

Embora seja regulamentado e, portanto, legal, o embate tem girado em torno da aplicação excessiva do instrumento. Para Abijaodi, a adoção desse argumento está beneficiando exportadores, sobretudo de países sem uma economia de mercado mais livre, como é o caso da China. “O Brasil tem confundido as esferas concorrenciais e comerciais em suas análises de interesse

► “No Brasil existem 10 fábricas de vidro plano. Na China são 250. Eles não sabem o que fazer com tanto vidro e exportam com preços muito abaixo do valor de mercado”, diz Lucien Belmonte, presidente-executivo da Abividro



público, muitas vezes beneficiando a competitividade artificial, provenientes de intervenções do Estado na economia de outros países, em detrimento da indústria nacional”, argumenta.

VIDRO E QUÍMICA

Dois setores industriais diretamente impactados com a flexibilização da política antidumping do país são os de vidro e o químico. Em 2020, o Departamento de Defesa Comercial (Decom) reconheceu que a alíquota aplicada na importação de vidros para eletrodomésticos da linha fria (geladeiras) não corrigia o dumping praticado pela indústria chinesa e recomendou o aumento da alíquota. O governo, contudo, optou por não corrigir o dano. Para Lucien Belmonte, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), foi como se o governo tivesse dado um cartão vermelho para a produção nacional.

“É preciso corrigir a distorção existente em relação ao exportador chinês. No Brasil existem 10 fábricas de vidro plano, nos Estados Unidos são 22, no México são 5 e

na China são 250. Eles não sabem o que fazer com tanto vidro e exportam com preços muito abaixo do valor de mercado. Por isso é que sete países têm medidas específicas contra a China na área de vidro plano e o Brasil também precisa ter”, explica Belmonte.

Além da concorrência desleal, outro desdobramento da flexibilização das medidas antidumping é a insegurança jurídica trazida ao setor produtivo. André Passos, diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), credita esse cenário à elevada discricionariedade dos técnicos da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) do Ministério da Economia, que podem, sem base em fatos de investigação, retirar percentuais de direito antidumping a total juízo de conveniência e oportunidade em detrimento dos direitos dos produtores nacionais.

O diretor da Abiquim considera que, a longo prazo, essa flexibilização reduzirá o interesse das empresas no mercado local e aumentará a dependência do produto importado. “No caso da química, 46% do total dos produtos químicos de uso industrial consumidos no Brasil já são importados”.

Lideranças industriais chamam a atenção, ainda, para o fato de o governo federal estar negligenciando um fator essencial na flexibilização do dumping: o Custo Brasil. “Precisamos ressaltar que as medidas antidumping existem para retomar uma condição de igualdade entre o produto nacional e o internacional, mas elas não compensam as deficiências geradas pelo Custo Brasil e existem apenas para proteger o mercado local de um comércio predatório, em que o custo de venda no Brasil seja menor do que o custo de produção nos países de origem desses produtos”, ressalta o diretor da Abiquim, André Passos.

Nessa mesma linha, o presidente da Abividro afirma que não é interesse da indústria ter preço mais alto do que o ofertado no mercado internacional e cobra medidas mais enérgicas do governo para

solucionar a equação. “Além de a China subsidiar a produção industrial local, no Brasil enfrentamos desafios como ter o gás natural mais caro do planeta, e nosso maior custo é exatamente o gás natural. Portanto, além de aumentar a alíquota de produtos oriundos da China, o país precisa adotar medidas que minimizem de forma efetiva os impactos do Custo Brasil. Só assim teremos uma indústria forte e competitiva”, pondera Belmonte.

Para o diretor da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, a competitividade da indústria brasileira virá com as reformas necessárias, investimentos em infraestrutura, além de outras importantes iniciativas para aplacar o Custo Brasil. “Tentar dar competitividade por meio de eliminação de medidas antidumping, além de não alcançar esse objetivo, pune empresas que jogam limpo no comércio internacional”, diz ele. ■



◀ “Tentar dar competitividade por meio de eliminação de medidas antidumping pune empresas que jogam limpo no comércio internacional”, diz o diretor da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi

OS SETORES AFETADOS RECENTEMENTE

Lista das avaliações de interesse público concluídas em 2020



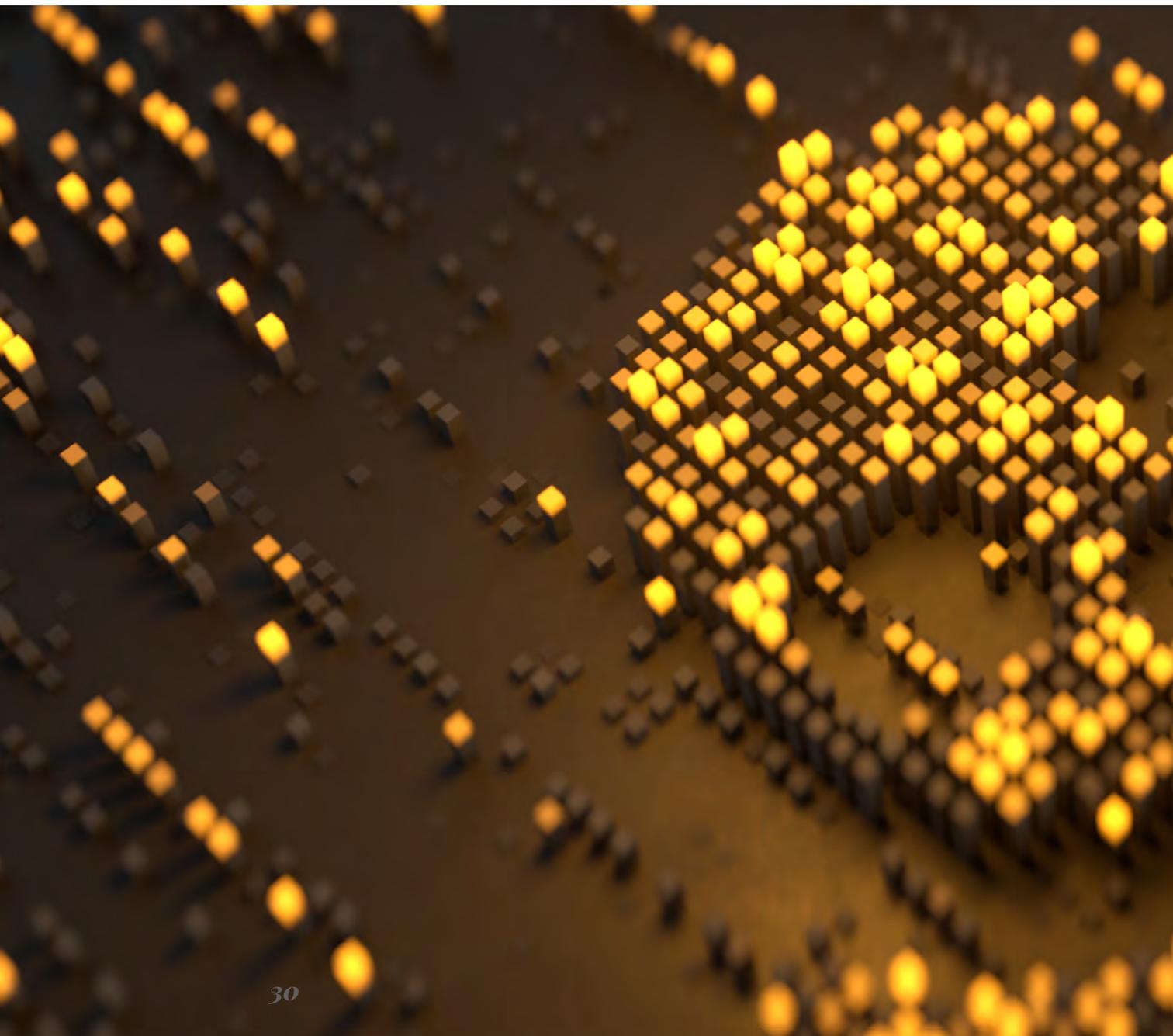
Produto	Origem das exportações
 Laminados planos de aço ao silício (Aço GNO)	Alemanha, China, Coreia do Sul e Taipé Chinês
 Fenol	Estados Unidos e União Europeia
 Vidros para eletrodomésticos da linha fria	China
 Ímãs de ferrite	China e Coreia do Sul
 Sal grosso	Chile
 Tubos de ferro fundido	China, Emirados Árabes e Índia
 Laminados planos, de aço ligado ou não ligado (laminados a quente)	Rússia e China

Fonte: CNI

▼
Diante da ameaça representada por produtos falsificados, a atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos de Propriedade Intelectual tem sido elogiada. “Recebemos com entusiasmo o guia de boas práticas”, diz João Emílio Gonçalves (CNI)

A ameaça da pirataria no comércio online

CRESCIMENTO DO E-COMMERCE NA PANDEMIA AUMENTOU A PREOCUPAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL COM A VENDA DE PRODUTOS FALSOS E ILEGAIS NA INTERNET



As medidas de isolamento advindas da pandemia levaram o consumidor a buscar alternativas às lojas de rua, estimulando a procura e o consequente aumento do comércio online no Brasil. Entretanto, esse fenômeno veio acompanhado de um crescimento da venda de produtos ilícitos (falsificados e contrabandeados) nas plataformas da internet.

Para se ter uma ideia do boom do e-commerce, antes da pandemia, as vendas na internet de produtos esportivos representavam 11% de todos os itens fabricados. Com

a crise sanitária, estas saltaram para mais de 20% do total de produtos, segundo o diretor-executivo da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo (Ápice), Renato Jardim. “Ainda não é preponderante, mas já é um crescimento expressivo e rápido. E, com isso, a venda de produtos piratas pela internet vem aumentando muito rapidamente também”, analisa.

Entre os produtos ilícitos vendidos estão itens de vestuário, higiene pessoal (perfumaria e cosméticos), bebidas alcoólicas, peças de audiovisual, celulares, material



► É preciso combater o crime, mas também conscientizar os consumidores, diz Fernando Pimentel (Abit)



esportivo, brinquedos, software e eletroeletrônicos de forma geral. Entre os itens mais ameaçados estão têxteis, eletroeletrônicos e materiais esportivos.

Levantamento feito pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) aponta que o país perdeu R\$ 291,4 bilhões para o mercado ilegal ainda em 2019. Trata-se da soma das perdas registradas por 15 setores industriais e a estimativa dos impostos que deixaram de ser arrecadados em função da ilegalidade. O dado para 2020 ainda não está disponível, mas provavelmente será muito maior.

CICLO VICIOSO

A venda de produtos pirata é parte de um ciclo vicioso, no qual organizações criminosas utilizam recursos oriundos dessa atividade para financiar e praticar outros delitos, como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, roubos e furtos, sonegação fiscal, corrupção e até homicídios.

Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), diz que a informalidade e a pirataria representam cerca de 35% das peças de vestuário comercializadas no Brasil. “São ilegalidades no recolhimento de impostos, na contratação de mão de obra ou na própria pirataria

das marcas, que trazem um prejuízo brutal para a sociedade, para os investidores e para as empresas que constroem toda a sua história por meio de bons procedimentos”, lamenta.

Mesmo antes do início da pandemia, cerca de 35% das vendas de itens esportivos, a exemplo dos tênis, eram produtos piratas, segundo Renato Jardim. “Já era um percentual bastante significativo, por conta da dinâmica própria do mercado do segmento esportivo”, diz o dirigente.

Fabiano Barreto, coordenador de Propriedade Intelectual da Confederação Nacional da Indústria (CNI), chama a atenção para a proliferação da venda não só de produtos falsificados na internet, mas dos originais que são contrabandeados, ou seja, entram no país ilegalmente, sem tributação, controle ou registro aduaneiro. “São produtos originais, mas que não têm o recolhimento de tributos e acabam também sendo vendidos em plataformas de comércio eletrônico”, conta Barreto.

Outro setor que sofre com a comercialização de produtos ilícitos na internet é o farmacêutico, muito regulado no Brasil. “Há uma grande oferta de produtos que prometem soluções milagrosas, como emagrecimento, calvície e disfunções sexuais. São produtos oferecidos como medicamentos, sem controle algum de eficácia, disponíveis ao público em geral no ambiente online”, relata o coordenador da CNI.

SOLUÇÕES

Diversas medidas estão sendo adotadas em conjunto pelo governo federal e por empresas para combater o comércio eletrônico de itens ilegais. Dentre elas estão as ações do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos de Propriedade Intelectual (CNCP), instância do Ministério da Justiça que trata de todo tipo de ilícitos no comércio.

“O CNCP tem tido uma atuação fundamental e indispensável”, avalia Renato Jardim, da Ápice. “Ele tem promovido diálogo entre atores do governo e o setor privado, o que traz um grande ganho para a eficiência do emprego dos recursos disponíveis

para combater a venda de produtos ilegais”, avalia.

De acordo com Fernando Pimentel, o CNCP é importante foro de debate e proposições. “O órgão tem um lado de repressão e de combate ao crime e outro de conscientização do consumidor para que ele não compre produtos ilegais”, destaca, lembrando que o combate à pirataria passa, também, por um processo educacional da população.

A CNI também faz parte das entidades que apoiam o CNCP. “Vemos com bons olhos o protagonismo do Conselho nas ações de repressão ao comércio ilegal no Brasil”, destaca o superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves. “Além disso, recebemos com entusiasmo o guia de boas práticas e temos estimulado as empresas a aderirem a esse novo protocolo, que é voluntário”, sugere.

O *Guia de Boas Práticas e Orientações às Plataformas de Comércio Eletrônico* foi lançado em abril de 2020 com o objetivo de implantar medidas repressivas e preventivas no combate à venda de produtos piratas, contrabandeados ou que violem a propriedade intelectual. O documento reúne sugestões e ponderações dos titulares de direito (representantes dos detentores dos direitos de propriedade intelectual) e das plataformas de comércio eletrônico, visando à formação de parcerias para o desenvolvimento de um ambiente digital de negócios saudável e competitivo.

Em agosto de 2020, o CNCP lançou um segundo documento, o *Guia de Boas Práticas e Orientações para a Implementação de Medidas de Combate à Pirataria pelos Provedores de Serviços de Pagamento*. O objetivo é reunir práticas para inviabilizar o recebimento de receitas oriundas da venda de bens, dispositivos e serviços que violem a propriedade intelectual.

“Esse segundo guia trata da parte financeira do processo de compra e venda, já que o comprador realiza o pagamento por meio de alguma ferramenta ou empresa especializada nessa área. O casamento dos dois guias foi uma ideia muito interessante, com efeitos complementares um ao outro”, elogia Renato Jardim. ■

Como identificar um produto ilegal em 4 passos

- Verifique se o preço está **razoavelmente compatível** com o de outros sites/lojas;
- Verifique se o produto vendido possui os **selos de conformidade** necessários (Anvisa, Anatel, INMetro etc.);
- Verifique a **reputação e o histórico** do vendedor; e
- Verifique se a plataforma de e-commerce possui uma **política escrita** de combate à pirataria e à venda de produtos ilegais.

Fonte: Secretaria Nacional do Consumidor e Ministério da Justiça



Segundo Renato Jardim (Ápice), entre os produtos esportivos mais pirateados estão os tênis, com cerca de 35% das vendas de itens falsificados, mesmo antes da pandemia

5 perguntas



Soumitra Dutta

Professor da SC Johnson College of Business
(Universidade de Cornell – NY/EUA)

▲
“O governo precisa construir um ecossistema fértil para inovação, ciência e tecnologia” e incluir, em suas decisões, “os principais participantes da inovação no Brasil, como empresários, pesquisadores e líderes do setor privado”.

1 QUAIS INOVAÇÕES E TECNOLOGIAS PRECISARÃO SER DESENVOLVIDAS NO MUNDO PÓS-PANDÊMICO?

A pandemia foi uma tragédia para muitos países e o Brasil está entre os que mais sofreram com a crise. No entanto, ela também criou algumas oportunidades que não devem ser ignoradas. Um benefício óbvio é a rápida aceleração da digitalização e a expectativa é de que essa tendência continue. Os setores e as nações que forem capazes de alavancar com sucesso o poder das tecnologias digitais irão inovar e prosperar à medida que construímos o futuro pós-pandemia.

2 O QUE O BRASIL PRECISA FAZER PARA SER MAIS COMPETITIVO?

Todos os anos, preparo dois índices globais amplamente utilizados. O *Network Readiness Index* mede a prontidão de uma nação para a economia digital em rede e o *Global Innovation Index* fornece uma referência valiosa para o grau de inovação



para...

de um país. Em 2020, o Brasil ficou na 59ª posição no *Network Readiness* e na 62ª no *Global Innovation*. Vemos que, embora o país esteja indo bem, certamente pode fazer melhor. Os formuladores de políticas precisam incorporar a inovação ao núcleo das instituições e da infraestrutura do Brasil. O governo precisa construir um ecossistema fértil para inovação, ciência e tecnologia. E o país deve aproveitar a oportunidade para priorizar a formulação de políticas e iniciativas baseadas em dados, incluindo nas decisões os principais participantes da inovação no Brasil, como empresários, pesquisadores e líderes do setor privado.

3 ONDE ESTÃO AS OPORTUNIDADES PARA O BRASIL?

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo tanto em recursos naturais quanto em capital humano. Tem potencial para ser líder global em muitos setores diferentes da economia. No ambiente volátil de hoje, existem oportunidades e riscos. O governo do Brasil deve criar e defender uma visão nacional inspiradora de como a tecnologia e a inovação podem ajudar a melhorar a vida dos brasileiros e gerar riqueza e prosperidade para o país. Os preços das *commodities* voltaram a subir e isso proporcionará ao Brasil uma importante injeção de recursos para fazer os investimentos adequados em tecnologia e inovação.

4 QUAL É O PAPEL DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO?

Ele é um ator fundamental para impulsionar a inovação na maioria das economias. Por estar mais exposto à competição global, tem o maior incentivo para inovar. O setor privado também é um importante gerador de patentes e novas tecnologias. No entanto, não pode fazer isso sozinho e depende do governo para fornecer um ambiente político estável e favorável à inovação. Por exemplo, o setor privado se beneficia de políticas que apoiam os investimentos em P&D, mas precisa fazer parceria com universidades para garantir que a pesquisa acadêmica e os melhores talentos permaneçam conectados às necessidades do mundo real. A contínua aceleração digital também requer um grau de agilidade e mudança que somente o setor privado pode oferecer.

5 POR QUE INOVAR?

O objetivo final da inovação é apoiar o crescimento inclusivo e sustentável do país. Sem inovação, as economias correm o risco de ficar para trás no cenário global e isso prejudica a criação de riqueza e investimento dentro das nações. Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação devem ir além dos meros fundamentos técnicos e precisam gerar um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. ■



Confiança da indústria se divide

ICEI TEVE RESULTADOS SETORIAIS DIVERGENTES EM FEVEREIRO, COM ALTA EM 16 DOS 30 SETORES ANALISADOS E QUEDA NOS 14 RESTANTES

O início da pandemia do novo coronavírus no primeiro trimestre de 2020 acendeu um alerta na Trindade Massas, fabricante de produtos alimentícios de Curitiba. Meses depois, a preocupação com a queda nas vendas, felizmente, não se concretizou: na verdade, elas aumentaram 30% no ano passado.

Com a demanda em alta, a fábrica, que produz massas para pastéis e lasanhas, entre outros, teve que criar outro turno de produção, ampliando o número de profissionais em mais de 10%. Atualmente são 64 colaboradores, entre funcionários do quadro e terceirizados. O otimismo continua em 2021: “Estamos confiantes e acreditamos que a vacina vai ajudar ainda mais esse cenário. O que mais nos preocupa, por outro lado, é o aumento do valor dos insumos”, explica o diretor de negócios da empresa, Celso Trindade.



Para se ter uma ideia, um item essencial na linha de produção da Trindade Massas é a gordura vegetal não hidrogenada. O preço da caixa com 24 kg do produto subiu 92% nos últimos meses.

Mas o otimismo da empresa paranaense não é um caso isolado. O setor alimentício foi um dos 16 que registraram aumento de otimismo entre janeiro e fevereiro, segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial Setorial (ICEI Setorial), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em outros 14 setores, houve queda de confiança, demonstrando que os resultados de fevereiro foram heterogêneos e variaram de acordo com o setor e o porte das empresas. Apesar da queda, todos os setores da indústria seguem com índices acima da linha divisória de 50 pontos, indicando um ambiente de confiança.

Para o presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool na Paraíba (Sindalcool-PB), Edmundo Barbosa, a confiança do setor de biocombustíveis, que aumentou em fevereiro, deve seguir, entretanto, outro caminho nos próximos meses.

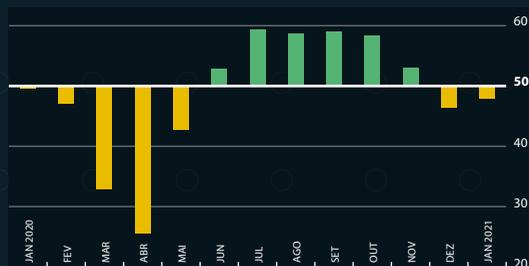
“Apesar da pandemia, conseguimos dar seguimento na safra de cana para a produção do etanol e mantivemos os 21.800 empregados do setor no estado, mas as turbulências políticas e as interferências na Petrobras prejudicam toda a indústria”, destaca Barbosa.

Ainda segundo o empresário, o anúncio do governo de que vai suspender temporariamente o *Regime Especial da Indústria Química* (Reiq), que zera as alíquotas de PIS e Cofins para a importação de matérias-primas, também terá impacto negativo para a produção de combustíveis. ■

▲ Setor alimentício está mais confiante, com aumento de vendas em fábricas como a Trindade Massas (PR), apesar do encarecimento de alguns insumos

Termômetro

1 ► JANEIRO REGISTRA MAIS UMA QUEDA NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL



Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual. Valores abaixo de 50 indicam queda, estoque abaixo do planejado ou utilização da capacidade instalada abaixo do usual.

fonte: CNI / Sondagem Industrial - Janeiro de 2021

3 ► UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA EFETIVA-USUAL CAI 1,2 PONTO EM JANEIRO



Índice de difusão, em pontos.

fonte: CNI / Sondagem Industrial - Janeiro de 2020

2 ► INTENÇÃO DE INVESTIR CAI EM FEVEREIRO



Índice de difusão (0 a 100 pontos). Quanto maior o índice, maior a propensão a investir da indústria.

fonte: CNI / Sondagem Industrial - Janeiro de 2020

4 ► EMPREGO AUMENTA 0,2% EM DEZEMBRO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI / Indicadores Industriais - Dezembro de 2020

1, 2 e 3

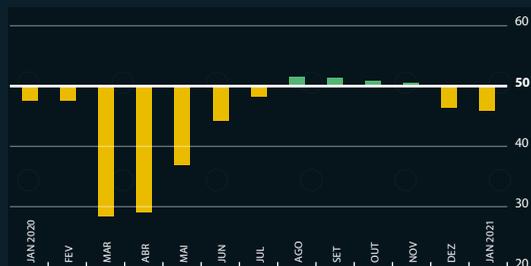


4



econômico

5 ▶ ATIVIDADE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PERDE RITMO



*Valores acima de 50 indicam aumento da atividade ou emprego frente ao mês anterior. Valores abaixo de 50 pontos indicam queda da atividade ou emprego frente ao mês anterior. Quanto mais distante dos 50 pontos, maior e mais disseminada é a variação.

fonte: CNI / Sondagem Indústria da Construção - Janeiro de 2021

7 ▶ FATURAMENTO REAL DA INDÚSTRIA TERMINA ANO EM ALTA



Faturamento real dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI / Indicadores Industriais - Dezembro de 2020

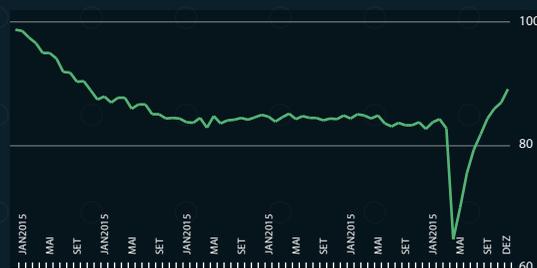
6 ▶ INTENÇÃO DE INVESTIR CAI EM FEVEREIRO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO



Intenção de investir cai em fevereiro na indústria da construção

fonte: CNI / Sondagem Indústria da Construção - Janeiro de 2021

8 ▶ HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO TÊM ALTA PELO OITAVO MÊS CONSECUTIVO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI / Indicadores Industriais - Dezembro de 2020

5 e 6



7 e 8



Giro Brasil

► CIMATEC É PARCEIRO DE PROGRAMA DE INOVAÇÃO EM MINERAÇÃO DA VALE

Docentes e especialistas do SENAI CIMATEC, na Bahia, vão orientar um grupo de 30 bolsistas no MINE 2.0, um dos maiores programas de inovação aberta em mineração do mundo. Liderado pela Vale, o projeto visa solucionar desafios estratégicos e fomentar o ecossistema de inovação, criando espaço para novas ideias e oportunidades de negócio. Ao longo de 9 meses, os selecionados vão participar de diversas atividades para o desenvolvimento de soluções inovadoras no ambiente industrial da cadeia da mineração e da siderurgia.



◀ SENAI CEARÁ PROMOVE WEBINARS GRATUITOS PARA PROFISSIONAIS DA MODA

O crescimento do mercado de design de moda para o desenvolvimento da indústria de confecções estimulou uma nova ação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Ceará (SENAI-CE). Será realizada uma série de webinars gratuitos com o intuito de valorizar todos os profissionais envolvidos na cadeia da moda. O primeiro foi promovido no dia 24 de fevereiro no [canal do YouTube](#) da instituição. Ao longo dos próximos meses, mais profissionais, especialistas e representantes de universidades participarão dos encontros virtuais.



EXPORTAÇÕES PARANAENSES REGISTRAM QUEDA EM JANEIRO

O Paraná exportou US\$ 842,8 milhões em janeiro, valor 11% menor do que o registrado no mesmo mês de 2020. As importações, por outro lado, cresceram no mês, chegando a US\$ 1,13 bilhão, uma alta de 9,3%, aponta a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Os produtos mais vendidos pelo estado foram carnes (US\$ 181 milhões), soja (US\$ 97,2 milhões), madeira (US\$ 93 milhões) e material de transporte (US\$ 83 milhões). As maiores variações foram registradas nos setores de exportação de madeira (+37%) e de material de transporte (+22%).



▲ ESTUDANTES DO SESI-MS EMPLACAM ESTUDO EM REVISTA CIENTÍFICA

Estudantes do Serviço Social da Indústria (SESI) de Aparecida do Taboado, no Mato Grosso do Sul, emplacaram, pela segunda vez, um estudo em uma revista científica. Desta vez, foi na revista *O Biológico*, do Instituto Biológico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. A pesquisa mostra que o extrato da fruta noni, originária da Ásia, pode ser usado na produção de embalagens para alimentos como arroz, feijão e milho para impedir a criação de carunchos, insetos que se alimentam de cereais armazenados.



▲ SENAI E GRANDES INDÚSTRIAS SE UNEM PARA PESQUISAR AÇOS DE TERCEIRA GERAÇÃO

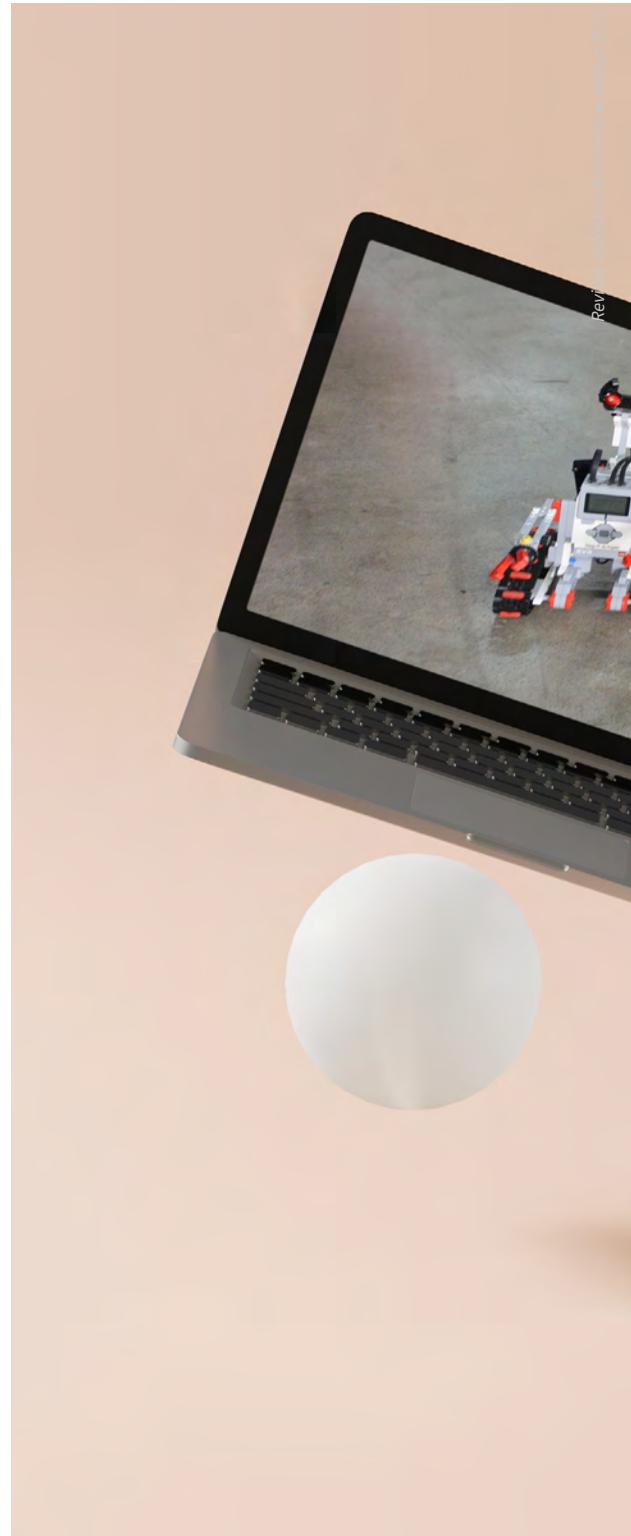
Pesquisadores do Centro de Inovação e Tecnologia de Minas Gerais (CIT SENAI) vão trabalhar em conjunto com grandes indústrias no Brasil para desenvolver materiais que possam ajudar os veículos automotivos a serem mais leves, com ganho de desempenho, e ainda mais sustentáveis. Esse é um dos objetivos do programa *Alavancagem de Alianças para o Setor Automotivo*, desenvolvido pelo SENAI-MG, dentro do programa *Rota 2030*. Entre as empresas parceiras estão Fiat Chrysler Automobiles (FCA), Usiminas e Sodecia.

Duelos tela a tela

EQUIPES DE ROBÓTICA
SE PREPARAM PARA O TORNEIO
REMOTO DO SESI, QUE TEM NOVAS
CATEGORIAS E PROMETE SER
AINDA MAIS COMPETITIVO

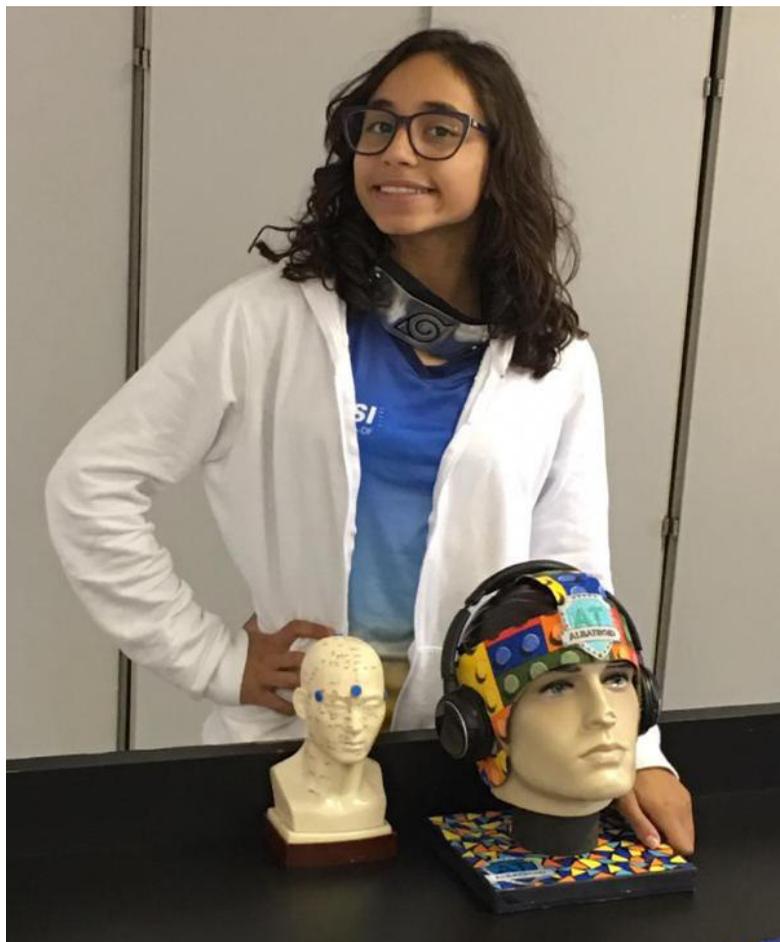
No livro *As Crônicas de Gelo e Fogo*, de George R. R. Martin, o personagem Tywin Lannister demonstra que, com planejamento e uma boa estratégia, é possível alcançar grandes feitos. A saga, que deu origem a um dos maiores sucessos da televisão dos últimos anos, a série *Game of Thrones*, é a leitura favorita de Joseph Valadão Fantin, 16 anos, estudante do SESI Vilhena, em Rondônia.

“Na nossa equipe, sempre avaliamos com antecedência o que pode dar errado na disputa para saber exatamente o que fazer quando surgirem as adversidades, assim como faz o Lannister”, compara Joseph, que afirma ter gostado mais dos livros do que da série televisiva.



▲
Primeira edição do torneio online será desafio para a organização e para os participantes, mas a emoção da competição está garantida.





▲ “Gravar e editar vídeos vai ser uma coisa positiva”, diz Letícia Souza, estudante do 1º ano do ensino médio do SESI e do SENAI de Brasília.

A equipe à qual ele se refere é a Elev3rs, time de robótica do SESI Rondônia que venceu um dos prêmios do *Festival SESI de Robótica* na categoria *FIRST LEGO League* em 2020. A competição, realizada no mês de março, em São Paulo, foi a última disputa presencial antes da pandemia. De lá para cá, o SESI promoveu duas edições relâmpago online – *Volta às aulas* e *Desafio Covid-19*.

Agora, pela primeira vez na história, o SESI se prepara para realizar o maior torneio de robótica do Brasil de forma remota. O diretor de operações do SESI Nacional, Paulo Mól, conta que promover a distância um evento que é essencialmente presencial é mais trabalhoso, mas ainda assim esse esforço gera otimismo.

“Temos de nos reinventar e por isso estamos nos adequando ao que é possível fazer em um momento como este. Sabemos que, mesmo no ambiente remoto, é possível continuar com a pesquisa, a busca de soluções

e o desenvolvimento de projetos inovadores”, destaca Mól.

Para o técnico de robótica do SESI Vilhena, Silvio Luiz Vichloski, o novo formato da competição, além de ser mais inovador, impõe desafios. “A maior dificuldade foi encontrar maneiras de motivar os estudantes. Agora todos já estão adaptados e, de certa maneira, mais integrados em todas as áreas da competição de uma forma que antes não acontecia”, diz.

NOVIDADES

O SESI é o parceiro no Brasil da FIRST, instituição que organiza mundialmente as competições de robótica. Para transferir o torneio para o mundo virtual, ela desenvolveu a FIRST REH (Remote Event Hub), plataforma oficial onde serão realizadas todas as avaliações da disputa.

Participam do torneio de robótica equipes formadas por estudantes de 9 a 16 anos, de escolas públicas ou particulares, mas também há as chamadas “equipes de garagem” – grupos sem vínculo com qualquer escola.

Com o tema RePLAY, a atual temporada incentiva a prática de atividades físicas para garantir uma qualidade de vida melhor, evitar o sedentarismo e promover a saúde. Assim, os participantes devem pensar em formas inovadoras de motivar e tornar as pessoas mais ativas.

As equipes são avaliadas em quatro critérios, assim como nas temporadas anteriores: projeto de inovação, desafio do robô, design do robô e *core values*. A diferença é que, agora, tudo será online. Para isso, haverá videoconferências com os juízes e, nas provas, as equipes deverão utilizar dois celulares, um para gravar os vídeos e outro para transmitir os rounds com as missões dos robôs ao vivo.

“Estamos definindo metas, prazos e treinamos todos os dias. Acho que a possibilidade de gravar e editar o vídeo sobre o projeto vai ser uma coisa positiva”, diz Letícia Souza, estudante do 1º ano do ensino médio do SESI e do SENAI de Brasília.

No ano passado, a grande campeã do *Festival SESI de Robótica* na categoria *FIRST LEGO League* foi a equipe Turma do Bob, do SESI de Governador Valadares-MG. Para este ano, o técnico da equipe, Thulyo Menezes, conta que a expectativa é alta. “Há novas ferramentas, novas formas de apresentação e de avaliação, então o bacana é que essas novidades estão nivelando todas as equipes, o que torna o torneio imprevisível. Não há favoritos”, avalia.

Outra novidade desta temporada é que haverá o Prêmio de Técnico, em que as equipes terão de defender os motivos para seu técnico ser escolhido. As etapas regionais ocorrerão em abril e maio e as equipes classificadas garantirão vagas para o *Festival SESI de Robótica*.

TREINAMENTO DIFERENTE

As equipes que vão participar desta temporada começaram a se preparar em outubro, logo após o anúncio do tema REPLAY. Devido às restrições causadas pela

pandemia, a maioria dos “encontros” é virtual.

Para Alice Gimenes Bagano, 14 anos, esta edição exigirá, mais do que nunca, organização das equipes. “É o meu quarto ano de competição e vejo que é preciso dividir muito bem as tarefas para aprender a lidar com essa nova forma de interação”, reconhece a estudante do SESI Vilhena, em Rondônia.

Membro da equipe mineira Turma do Bob, a estudante Lara Oliveira, 15 anos, se diz apaixonada pela robótica desde que passou a participar da competição, na temporada passada. Ela compara a situação em que vivemos atualmente com uma frase de seu livro preferido, *O pequeno príncipe*: “É preciso que eu suporte duas ou três lagartas se quiser conhecer as borboletas”.

Segundo ela, o torneio ensina que é preciso enfrentar os obstáculos para conseguir alcançar objetivos ou, no caso, superar as fases de larva, lagarta e casulo para, então, tornar-se borboleta. “Mesmo que você caia algumas vezes, seu esforço vai valer a pena”, aposta a estudante. ■



◀ Equipe de robótica Elev3rs, do SESI Rondônia em Vilhena, campeã em 2020, que vem treinando com planejamento e estratégia, no espírito *Game of Thrones*



▲
Diretora da Chris
Gontijo Loungewear

Sustentabilidade e ação social: todos podemos fazer

por CHRIS GONTIJO

Ao pensarmos em sustentabilidade, geralmente vêm à nossa mente aspectos como materiais reciclados, descarte de lixo no meio ambiente e poluição. Esse quadro geralmente é pintado com a imagem daquela velha indústria do início do século 20, marcada pela chaminé expelindo toneladas de gases tóxicos no ar.

Por não se enquadrar nesse perfil poluidor, a indústria da moda muitas vezes acaba negligenciando a adoção de práticas e rotinas sustentáveis. Como resultado, é o segundo setor industrial mais poluente do mundo. Temos sobra de tecido, uso indevido das estampas, papel usado para modelagem, sacos plásticos empregados para embalar as roupas, entre tantos outros descartes.

Entretanto, a pandemia trouxe uma mudança de comportamento nos consumidores, que passaram a buscar por produtos mais duráveis e sustentáveis. O consumo está cada vez menos voltado para o *fast fashion* e mais direcionado para a compra consciente. De onde veio este produto? Ele vai durar? Quantas vezes irei usar? Sobre quais bases socioambientais ele foi produzido?

Essas são algumas perguntas que se tornaram frequentes no “novo normal” e para as quais a indústria precisa estar ainda mais atenta. No caso da moda, ainda há no mercado várias empresas com problemas de descarte de retalhos, mesmo que o material

seja de tecido natural. Fazer o que com este tecido? Jogar fora? Onde?

E foi analisando essa e outras situações que a empresa Chris Gontijo, de *loungewear* de luxo, buscou uma solução que resultou não só no aproveitamento dos retalhos, mas também no aumento de vendas e em uma ação social.

Uma vez cortado o produto principal, aproveitamos as partes que sobram e criamos produtos como tops e shorts, mas, ainda assim, sobram retalhos. Com eles fazemos embalagens de produtos, saquinhos, máscaras de olhos, sachês, enfim, vários itens pequenos que são produzidos por aprendizes de costura. Mas, acreditem, ainda sobram pedaços de tecido. Foi daí que surgiu a ideia de doar esses retalhos para instituições de caridade, onde pessoas carentes fazem o trabalho de fuxico e vendem seu artesanato, aumentando a renda familiar.

Costumamos imaginar que ações nessa linha sejam exclusividade das grandes empresas ou do nosso lixo doméstico, mas, hoje, a sustentabilidade vai muito além disso. Acreditamos na sustentabilidade como um conjunto de ações que contribuem para um futuro melhor. Afinal, o que vamos deixar para nossos filhos? Lixo ou luxo? Luxo no pensar, no agir e nas atitudes. É assim que enxergamos nosso luxo: atitudes coerentes. ■

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo

CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana Flávia Flôres e Marina Simon.

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

GettyImages

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9472

fax (61) 3317-9456

revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde

que citada a fonte.

INVESTIR EM EDUCAÇÃO DEIXA O FUTURO CADA VEZ MAIS SEGURO.

Num mundo em constante mudança, projetos inovadores em educação, saúde e segurança no trabalho ajudam a promover uma verdadeira transformação na indústria e na vida dos trabalhadores. E, para garantir que, no presente, profissionais da indústria brasileira estejam com um pé no futuro, o SESI conta com nove Centros de Inovação que desenvolvem as mais avançadas tecnologias, que beneficiam milhares de trabalhadores. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SESI está construindo hoje
o futuro do trabalho.**

**#pelofuturodotrabalho
#ofuturodatrabalho**

Saiba mais em www.sempresisenai.com.br

[f](#)/SESINacional [📺](#)/sesi [in](#)/sesi-nacional

SESI

Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO